



FOTOS: Irina Morán – Revista Alfilo – Periodista Feminista. Militante de Ni Una Menos Córdoba y Mujeres por un parto Respetado

**NINGUÉM NASCE INÊS BRASIL, TORNA-SE INÊS BRASIL:  
ARTEFATO CULTURAL, PÂNICO MORAL E “IDEOLOGIA DE GÊNERO”  
EM CAMPO GRANDE (MS)**

Tiago Duque<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo problematiza algumas críticas feitas às contribuições científicas da teoria feminista para o campo da educação. O referencial teórico utilizado é o pós-estruturalista. Os argumentos são construídos a partir da análise do artefato cultural Inês Brasil, especialmente os memes que envolvem essa web-celebridade, assim como da experiência em torno da aprovação da Lei da Mordaça na cidade de Campo Grande (MS). Os resultados da análise apontam para a necessidade de compreensão da produção das diferenças como enfrentamento do pânico moral em torno do que vem sendo chamado de “ideologia de gênero”.

**Palavras chave:** ideologia de gênero; pânico moral; educação.

**NO ONE IS BORN INÊS BRASIL, BECOMES INÊS BRASIL:  
CULTURAL ARTIFACT, MORAL PANIC AND "GENDER IDEOLOGY"  
IN CAMPO GRANDE (MS)**

**Abstract:** This article discusses some criticisms of the scientific contributions of feminist theory to the field of education. The theoretical framework used is the post-structuralist. The arguments are constructed from the analysis of the cultural artifact Inês Brasil, especially the memes that involve this web-celebrity, as well as the experience surrounding the approval of the *Lei da Mordaça* in the city of Campo Grande (MS). The results of the analysis point to the need to understand the production of differences as a response to the moral panic surrounding what has been called the "gender ideology".

**Keywords:** gender ideology; moral panic; education.

## INTRODUÇÃO

Com um discurso inflamado, em tom de alerta, um dos vereadores da cidade de Campo Grande (MS), no dia 31 de março de 2016, posicionou-se contra as discussões de gênero e sexualidade nas escolas em busca da “proteção da família brasileira”. No debate com outros políticos da casa, divulgado nas redes sociais, fica claro que há uma compreensão de que existem iniciativas didático-pedagógicas nas escolas que pregam que todo mundo tem que virar gay e lésbicas. Foi assim que ele e outros justificaram o seu voto a favor do Projeto de Lei (PL) 8242/16<sup>2</sup>, que proibia a discussão sobre essas temáticas nas escolas municipais e propunha punição às/aos professoras/es que o desobedecessem. Iniciativas como essa, apelidadas de Leis da Mordaça, se espalham

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP e Mestre em Sociologia pela UFSCar (2009). Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela PUC Campinas. É professor do Mestrado em Educação do Campus Pantanal da UFMS.

<sup>2</sup> Para ler o projeto na íntegra, acesse: <http://www.capitalnews.com.br/storage/webdisco/2016/04/02/outras/23ae5f415fccfdaf0648cfd2998677.pdf>. Acesso em: 12 de mai. de 2017.

pelo país na tentativa de impedir o que empreendedoras/es morais chamam de “ideologia de gênero”.

Tais empreendedores morais são religiosos, dentro da Igreja Católica, de vertentes religiosas neopentecostais, seguidores laicos dessas religiões, pessoas que se engajam na luta por razões simplesmente éticas, morais e/ou políticas as mais diversas e não são necessariamente da sociedade civil, mas podem atuar dentro de instituições e até mesmo do governo. (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 230).

Nas palavras, Deslandes,

Considerada pseudocientífica e perniciosa, além de exógena e portanto sem qualquer vínculo com a cultura nacional, a “ideologia de gênero” é rechaçada como sendo totalitária e tendo como objetivo a pulverização da família e, daí, o estabelecimento de um caos social, onde os indivíduos seriam facilmente manipuláveis, posto que desprovidos de suas referências identitárias fundamentais, referentes à família e à sexualidade. (DESLANDES 2015, p. 75)

Este texto discute aspectos desse fenômeno através de uma abordagem pós-estruturalista, analisando a personagem midiática Inês Brasil. Isto é, através de parte do que se tem produzido envolvendo a sua imagem, e do contexto da capital sul-matogrossense, sem pensá-la de forma isolada, problematizarei algumas críticas feitas às contribuições científicas da teoria feminista para o campo da educação e apontarei para a necessidade de compreensão da produção das diferenças como enfrentamento do pânico moral em torno da “ideologia de gênero”.

Inês Tânia Lima da Silva, nasceu no Rio de Janeiro, em 25 de outubro de 1969. É cantora, compositora, dançarina e web-celebridade. Há dezenas de páginas humorísticas e endereços no Facebook que se refere a ela com centenas de curtidas e seguidoras/es, por exemplo: “INÊSplicável”<sup>3</sup>, “De frente com Ines Brasil”<sup>4</sup> e “Inês Brasil”<sup>5</sup>. O clip da música “Make love”<sup>6</sup>, do canal do Youtube “inesbrasilTV”, tem mais de 4.640.000 visualizações. Segundo algumas/alguns fãs, devido a todo esse sucesso, Inês Brasil pode ser considerada hoje a “proprietária da internet”. Programas televisivos de diferentes emissoras têm aproveitado dessa visibilidade nas redes sociais, mostrando que a audiência vinculada a sua presença na TV não é insignificante.

Além das páginas online, os canais do youtube e os programas televisivos, há os memes envolvendo sua imagem. Eles, em especial, as foto-legendas e os vídeos curtos,

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/INESplicavel22/?fref=ts>. Acesso em: 28 jul. 2016.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/DeFrenteComInesBrasil/>. Acesso em: 28 jul. 2016.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/ines.brasil.184?fref=ts>. Acesso em: 03 set. 2018.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IMZDqKnvwuY>. Acesso em: 03 set. 2018.

serão refletidos, aqui, para a construção de parte da argumentação desse estudo. O meme seria o equivalente cultural do gene, a unidade básica de transmissão cultural, que se dá por meio da imitação. Essa definição tem inspiração no livro “O gene egoísta”, publicado em 1976, pelo biólogo Richard Dawkins, que popularizou a ideia de que a seleção natural se dá a partir dos genes – eles buscariam a sobrevivência, isto é, a sua replicação, por meio de corpos capazes de sobreviver e reproduzir. Para este cientista, a cultura também se espalha como os genes. Por isso, no campo da internet, o meme pode ser entendido como aquilo que se espalha de forma viral,

e que, por vezes, são caracterizados pela repetição de um modelo formal básico, manifestando-se por meio de vídeos, frases, *hashtags*, foto-legendas, tirinhas, entre outros. Os memes, em grande parte, são produzidos em baixa qualidade técnica, possuindo, em alguns casos, um aspecto grosseiro e intencionalmente descuidado, além de serem realizados de forma lúdica e com uma aparente pretensão de provocar um efeito risível (HORTA, 2015, p. 13).

Contudo, como aponta Horta (2015), não se trata aqui de entender o meme como Dawkins o definiu primeiramente, afinal, as informações não são simplesmente transmitidas, repassadas de cérebro a cérebro, via certa passividade dos sujeitos. Assim, como ela, encaro os memes sem ignorar as provocações que as reflexões de Dawkins nos traz, mas almejo “compreender o meme como uma maneira encontrada pelos usuários de entender o mundo, ressignificando as informações que se apresentam em seu cotidiano, algo que implica mediação, compreensão e crescimento sócio” (HORTA, 2015, p. 16).

Assim, reconheço, neste artigo, Inês Brasil como um artefato cultural, isto é, uma produção midiática construída culturalmente que, como uma invenção cultural, cria, reproduz e divulga diversos significados (SILVA e RIBEIRO, 2011). Enquanto um “dispositivo pedagógico da mídia”, ela está envolta em relações de poder e de produção de subjetividades (FISCHER, 2007). É, nesse sentido, que esta personagem torna-se boa para pensar a questão de gênero, sexualidade e educação, especialmente no contexto de certo pânico moral que tem rondado as escolas no contexto brasileiro, mais especificamente, na cidade de Campo Grande.

## **A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E O PÂNICO MORAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO**

Cohen (1972) cunhou o conceito de pânico moral para caracterizar a forma como a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social reagem ao rompimento de padrões normativos. Como afirma Miskolci (2007, p. 112): “O que se teme é uma suposta ameaça à ordem social ou a uma concepção idealizada de parte dela, ou seja, instituições históricas e variáveis, mas que detém um status valorizado como a família e o casamento”

#### A política simbólica que estrutura os pânicos morais

costuma se dar por meio da substituição, ou seja, grupos de interesse ou empreendedores morais chamam a atenção para um assunto, porque ele representa, na verdade, outra questão. [...] Todo pânico moral esconde algo diverso e, ao invés de aceitar um temor social como dado, o pesquisador precisa desvelar o que reside por trás do medo (MISKOLCI, p. 114).

#### Dito de outro modo,

pânico moral pode ser definido em linhas gerais como um movimento de massa que emerge em resposta a algo falso, exagerado, ou como uma ameaça mal definida à sociedade e propõe a endereçar essa ameaça através de medidas punitivas: penas severas, "tolerância zero", novas leis, vigilância comunal, expurgos violentos (LANCASTER, 2011, p. 23)<sup>7</sup>.

É, nesse sentido, que este fenômeno aproxima-se do que temos vivido no campo da educação quando o assunto é gênero e sexualidade. Nas últimas décadas, houve um fortalecimento das áreas de pesquisa de gênero e das iniciativas de políticas educacionais na temática no Brasil. Em resposta a isso, ocorreu uma crescente reação conservadora articulada politicamente que passou a conceber gênero a partir de uma leitura enviesada, como uma ameaça às famílias, às crianças e, com isso, à sociedade (DESLANDES, 2015). Por isso, esta temática deveria ser banida do debate público, especialmente da realidade escolar.

Faz parte das iniciativas, para conquistar esse objetivo, leis como a citada no início desse artigo. Seja no Mato Grosso do Sul ou em outros estados, compõe o grupo de defesa das Leis da Mordaza membros do Movimento “Escola sem Partido”. Contudo, segundo Eveline Algebaili (2017), as características presentes na organização que defende o projeto “Escola Sem Partido” não permitem que possa ser identificado como um “movimento”. Em suas palavras:

---

<sup>7</sup> Todas as traduções das citações diretas escritas em outra língua que não o Português foram feitas pelo autor.

Ainda que suas ações encontram-se em agregações vinculadas a propósitos aparentemente comuns, sua coordenação personalizada e centralizada, bem como a assimetria completa entre os que ocupam posições de decisão e comando e os demais participantes o definem como uma organização especializada, que cumpre funções específicas de propaganda, mobilização e controle no âmbito de sua vertente partidária compromissada com a defesa de prerrogativas econômicas, políticas e socioculturais ultraconservadoras (ALGEBAILI, p. 70).

Eles, conforme as informações apresentadas em seu *site*<sup>8</sup> e uma palestra a que pude assistir, dada pelo principal mentor deste movimento, na sede, em Campo Grande, da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, a partir de leituras da teoria de Paulo Freire, avaliam que os espaços escolares se transformaram em “meras caixas de ressonância das doutrinas e das agendas desses grupos e dessas correntes”. Por isso, dizem que buscam lutar pela “descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas”, “pelo respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes” e “pelo respeito ao direito dos pais de dar aos seus filhos a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”. Como bandeira de luta, defendem a proibição de professoras/es utilizarem o espaço da sala de aula “para propagar conteúdos insidiosos e doutrinar” as/os estudantes, isto é, não querem que se ensine sobre gênero, sexualidade e religião, e, ao tratar de política, que as/os professoras/es sejam “neutros”. Afinal, segundo o “movimento”, as/os professoras/es estariam se utilizando de seu poder de persuasão para “desvirtuar” os valores das/dos estudantes e “inculcar” ideologias “perigosas e deturpadas”. Assim, tal “ideologia” para aquelas/es que creem na sua existência, é

um projeto de linhagem marxista, que tem como objetivo desestruturar a família e tornar as pessoas manipuláveis com base na pulverização de suas identidades sexuais. Pior: que vem sendo implementada, pelo governo, nas escolas e, portanto, incide sobre a parcela mais vulnerável da população: crianças e adolescentes, subjugadas por professores impos(it)ores (DESLANDES, 2015, p. 58)

Nada mais propício às/aos empreendedoras/es morais que crianças e adolescentes supostamente “ameaçados”, afinal,

Historicamente, grupos sociais estigmatizados por sua religião, visão política ou orientação sexual são socialmente representados como um perigo para as crianças. No caso dos judeus, são conhecidas as lendas de que usariam crianças em rituais de sacrifício humano. Também é notória a construção da imagem dos comunistas como “devoradores de criancinhas”. No caso de homens gays, a imagem de perigo os associa à pedofilia (MISKOLCI, 2007, p. 109).

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/>. Acesso em: 12 jan. 2018.  
Momento: diálogos em educação, E-ISSN 2316-3100, v. 28, n. 3, p. 227-247, set./dez, 2018.

No entanto, observando a realidade local, percebe-se a fragilidade das argumentações que sustentam o pânico moral discutido. Além disso, conforme as análises de Fernandes (2017 p. 228), fica claro que, no pensamento do movimento “Escola Sem Partido”, “não há alternativa societária além das suas proposições excludentes, sexistas, homofóbicas e xenófobas”. Por exemplo, há três pontos referentes à Lei da Mordaza campo-grandense que merecem destaque ao questionarmos sobre a real motivação para a defesa dessa iniciativa: a-) o primeiro vereador a propor tal legislação se afastou da Câmara Municipal devido às denúncias de que abusou sexualmente de uma garota menor de idade<sup>9</sup>; b-) as autoridades políticas e religiosas que defendem a proibição da discussão e do ensino sobre religião com a Lei da Mordaza não apoiam as iniciativas de acabar com o hábito pouco republicano e laico de rezar a oração do Pai Nosso antes das aulas das escolas públicas da cidade<sup>10</sup>; c-) em nenhum momento, foi apresentado um caso na cidade em que a suposta “ideologia de gênero” tivesse sido aplicada e desrespeitado os direitos de crianças e adolescentes nas escolas.

Junqueira (2017) afirma que os empreendedores morais antigênero parecem ter encontrado, com a movimentação contra a “ideologia de gênero”, um meio eficiente de afirmar e disseminar seus valores, recuperar espaços políticos e angariar mais apoio. Assim,

A partir de diversas ações políticas (como lobby legislativo ou denúncias a funcionários públicos), jurídicas (como a apresentação de ações judiciais em que usam argumentos legais e “científicos” sobre os perigos da “ideologia de gênero” para a sociedade) e midiáticas (através de manifestações públicas, programas de rádio e televisão ou congressos “acadêmicos”) instalam nas discussões públicas os “perigos sociais” que representariam essa “ideologia”. (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 229)

Com isso, são muitos os efeitos desses discursos alarmistas em torno das discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas. No caso da cidade de Campo Grande, em junho de 2015, antes mesmo do PL já citado ter sido proposto pelos vereadores, o bispo esteve presente na sessão de aprovação do Plano Municipal de Educação para pressionar os vereadores a cumprirem a orientação da Conferência

---

<sup>9</sup> Conforme matéria jornalística disponível em: <http://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/-lei-da-mordaca-foi-ideia-de-politico-condenado-em-escandalo-sexual>. Acesso em: 03 set. 2018.

<sup>10</sup> Mais informações sobre a prática estão disponíveis na seguinte matéria jornalística: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2016/04/rede-municipal-de-ensino-da-capital-proibe-pai-nosso-pedido-do-mp-ms.html>. Acesso em: 03 set. 2018.

Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, isto é, banir os estudos de gênero do currículo escolar<sup>11</sup>. A resposta da Câmara foi a decisão de supressão de toda referência às palavras “gênero” e “sexualidade” do documento. A justificativa, diante do resultado da votação, foi dada por um dos vereadores ao jornal local: “Podem ficar tranquilos porque as famílias campo-grandenses estão preservadas e toda a ideologia de identidade de gênero será suprimida. Foram 18 emendas aprovadas. Vamos manter o direito segundo a visão da família tradicional”<sup>12</sup>.

Considerando o ocorrido com o Plano Municipal de Educação ou o que envolveu a tentativa de implementação da Lei da Mordaça na cidade, o que acontece em Campo Grande faz parte, não somente no Brasil, mas de iniciativas de diferentes empreendedoras/es morais, dando características transnacionais a tal fenômeno. Parte dos discursos referentes a uma suposta “ideologia de gênero” tem sido fundamentada em uma tradução para a língua portuguesa, disponível na internet<sup>13</sup>, de fragmentos do livro “The Gender Agenda: Redefining Equality”, publicado em 1997 por Dale O’Leary, fiel da Igreja Católica dos Estados Unidos. Nele, ela aponta o surgimento de uma “incorporação da perspectiva de gênero” que, em sua visão, deu um “tratamento negativo” ao casamento, à família e à maternidade nos documentos da Conferência Internacional sobre Populações e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994, e, também, na Quarta Conferência Mundial Sobre as Mulheres, realizada em Pequim, em 1995, ambas lideradas pela ONU.

No geral, a autora vê perigo na defesa das feministas (identificadas como “anti-família”, em contraponto às/aos “pró-famílias”) ao afirmarem que direitos sexuais e reprodutivos são direitos humanos, afinal, segundo ela, promoveria o direito à homossexualidade, à inseminação artificial, ao aborto, à prática sexual entre adolescentes e até ao sexo com crianças. Ela faz esta crítica citando diferentes autoras/es que fundamentariam tal “perspectiva”<sup>14</sup>, especialmente as obras “A Origem

---

<sup>11</sup> Documento disponível em: [http://www.cnbb.org.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2265-nota-da-cnbb-sobre-a-ideologia-de-genero&category\\_slug=notas-e-declaracoes&Itemid=252](http://www.cnbb.org.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2265-nota-da-cnbb-sobre-a-ideologia-de-genero&category_slug=notas-e-declaracoes&Itemid=252). Acesso em: 04 Ago. 2016.

<sup>12</sup> Matéria jornalística disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/politica/vereadores-excluem-identidade-de-genero-e-aprovam-plano-de-educacao>. Acesso em: 03 set. 2018.

<sup>13</sup> Estou me referindo ao texto disponibilizado na página do Movimento Escola Sem Partido, que pode ser conferido em: <http://www.escolasempartido.org/images/agenero>. Acesso em: 03 set. 2018.

<sup>14</sup> O’Leary não considera as diferentes abordagens teóricas das obras que cita para construir o seu argumento, tampouco contextualiza o quanto essas obras são conflitantes entre si, antes, elabora uma reflexão que dá a entender, erroneamente, que as autoras/es estão na mesma direção crítica e Momento: diálogos em educação, E-ISSN 2316-3100, v. 28, n. 3, p. 227-247, set./dez, 2018.

da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, de Frederic Engels; “A Dialética do Sexo”, de Shulamith Firestone, e “Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade”, de Judith Butler.

Mais recentemente, o Papa Bento XVI, em 21 de dezembro de 2012, na ocasião de apresentação à cúria romana dos votos natalícios, assim se pronunciou em alusão à máxima de Simone de Beauvoir “Não se nasce mulher; torna-se mulher”:

De acordo com tal filosofia, o sexo já não é um dado originário da natureza que o homem deve aceitar e preencher pessoalmente de significado, mas uma função social que cada qual decide autonomamente, enquanto até agora era a sociedade quem a decidia. Salta aos olhos a profunda falsidade desta teoria e da revolução antropológica que lhe está subjacente<sup>15</sup>.

Ele, em parte do seu discurso, cita os estudos do rabino-chefe da França Gilles Bernheim, portanto esse pânico tem origem não somente em lideranças de religiões cristãs. Segundo a fala do Pontífice, a teoria de gênero defende uma espécie de voluntarismo autodefinidor do “homem” diante da natureza, passando a sociedade não mais definir o “sexo”, mas ele “automaticamente”. O maior erro das/os críticas/os a tal “filosofia”, denominada por elas/es como “ideologia”, é não ler a citação de Beauvoir no contexto do seu uso. Afinal, a perspectiva teórica construtivista desta autora, até mesmo das pós-estruturalistas contemporâneas, não nos permite compreender este “tornar-se”, ou um suposto “devir mulher”, como algo livre das relações socioculturais e de poder, o que, evidentemente, limita qualquer decisão supostamente autodefinidora das pessoas sobre o “sexo”<sup>16</sup> ou gênero.

Para as/os que acreditam que exista uma ameaçadora “ideologia de gênero”, é preciso proibir essas discussões porque, com ela, passa-se a deixar de ser válida a narrativa bíblica “Ele os criou homem e mulher”, afinal, segundo o discurso papal, “Isto deixou de ser válido, para valer que não foi Ele que os criou homem e mulher; mas teria sido a sociedade a determiná-lo até agora, ao passo que agora somos nós mesmos a decidir sobre isto”. Portanto, segundo o referido Papa, “Homem e mulher como realidade da criação, como natureza da pessoa humana, já não existem. O homem

---

epistemológica, todas/os estariam compondo o histórico linear da teorização sobre o gênero e, com isso, colaborando para a suposta “derrubada” da família.

<sup>15</sup> Discurso do Papa Bento XVI disponível em: [http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2012/december/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20121221\\_auguri-curia.html](http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2012/december/documents/hf_ben-xvi_spe_20121221_auguri-curia.html). Acesso em: 03 de set. 2018.

<sup>16</sup> Utilizo as palavras “sexo” entre aspas em um sentido crítico, na tentativa de problematizar qualquer perspectiva bionaturalizante desta categoria, destacando, portanto, seu caráter sociocultural.

contesta a sua própria natureza; agora, é só espírito e vontade”. Afinal, reforça ele, “Agora existe apenas o homem em abstracto, que em seguida escolhe para si, autonomamente, qualquer coisa como sua natureza”.

Em Campo Grande, no entanto, um grupo minoritário entre as lideranças religiosas contestou tal interpretação. O posicionamento da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, através da sua Paróquia da Inclusão, em uma Carta de Repúdio à referida lei, foi entregue às/aos vereadoras/es e demais autoridades por esta instituição religiosa. Com argumentos legais, sociais, pedagógicos e bíblico-religiosos, repudiaram, veementemente, o projeto de lei. Em um dos parágrafos, lê-se:

Se Deus resolveu um dia criar, foi única e exclusivamente por seu projeto de amor expresso em forma de liberdade. Se o criador assim nos fez, quem somos nós para não oferecer ao próximo o mesmo? Acreditamos que não é a dita “ideologia de gênero” que separa as pessoas de seu criador, mas a hipocrisia de sustentar falsas relações baseadas em poder que temem a liberdade e o amor<sup>17</sup>.

No entanto, diferentemente do que ocorreu no ano de 2015, quando as críticas e pressões em relação às mudanças no Plano Municipal de Educação foram pontuais e insuficientes para alterar tal retrocesso, quando da tentativa da aprovação da Lei da Mordaza na cidade, em 2016, diferentes organizações não governamentais, setores sindicais da educação, universidades, movimentos sociais e professoras/es da educação pública e privada/comunitária se mobilizaram cobrando o veto do prefeito à lei e, posteriormente, a manutenção do veto pelas/os vereadoras/es.

Uma possibilidade de compreender essa maior mobilização em 2016 é que a Lei da Mordaza também proibia as discussões sobre religião e a abordagem crítica em relação à política nacional. Assim, parece que gênero e sexualidade, por si só, no contexto local, são insuficientes para mobilizar toda uma rede de pessoas contrárias à tal iniciativa. No final desse processo de mobilização, as/os vereadoras/es optaram por retirar de pauta o veto do prefeito à referida proposição legal, não aprovando e tampouco reprovando tal iniciativa. Para esta nova legislatura (2017-2020), o grande defensor da Lei da Mordaza na cidade, assim como algumas/alguns das/os suas/seus apoiaras/es, foi eleito deputado estadual. Em 2017, a mesma proposição foi apresentada na Assembleia Legislativa do Estado de MS, assim como reapresentada na Câmara

---

<sup>17</sup> Carta disponível na íntegra em: <http://adufms.org.br/2016/06/08/carta-de-repudio-entregue-a-vereadoras-de-campo-grande-pelo-reverendo-hugo-sanchez-igreja-anglicana-manifesta-se-contr-a-lei-da-mordaca/>. Acesso em: 03 set. 2018.

Municipal da cidade de Campo Grande. Os dois projetos de lei aguardam para serem votados nos respectivos plenários.

O que ocorre na realidade sul-mato-grossense, como já dito, ocorre também em muitas outras capitais e cidades do interior do Brasil, assim como em diferentes países da América Latina. “A luta contra a ‘ideologia de gênero’ é uma forma de resistência contra os recentes avanços que vêm se dando na América Latina em matéria de direitos sexuais e reprodutivos” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 278). Afinal, complementando o que já afirmamos em relação ao posicionamento de Deslandes (2015), segundo Miskolci e Campana (2017), essa batalha se dá devido a avanços em alguns países latino-americanos em relação aos direitos sexuais e reprodutivos (como a descriminalização do aborto, o reconhecimento de casais do mesmo sexo ou a inclusão da educação sexual nas escolas). Os mesmos dois autores também apontam para o fato de “diversas pesquisas mostram um paulatino distanciamento de católicos e católicas em relação às normas de moral sexual impostas pelo Vaticano” (MISKOLCI; CAMPANA, p. 278).

## **DA IMPORTÂNCIA DE COMPREENDER A PRODUÇÃO DE UM CORPO ESTRANHO/RISÍVEL**

A nossa atenção voltada para o corpo estranho nas salas de aulas brasileiras foi, de forma pioneira, motivada pelos estudos de Louro (2004), que pôs em questão o currículo no seu efeito de nos fazer conhecer determinadas coisas e não outras. Segundo ela, não se trata de incluir no currículo esse estranho; antes, é necessário indagar o que ou quanto um dado grupo suporta conhecer. Sendo o currículo generificado e sexualizado, como de fato é, o ponto de partida a ser questionado é, exatamente, o da premissa que determinado “sexo” indica determinado gênero e este gênero, por sua vez, um desejo, o que é comumente defendido pelas/os empreendedoras/es morais, muitas/os já citados nesse artigo. Essa é uma lógica binária que institui a heterossexualidade como expectativa sociocultural, exatamente o que as Leis da Mordça querem legitimar ainda mais. A reflexão de Louro (2004) está fundamentada no que Butler (2003) chamou de matriz de inteligibilidade de gênero. É essa premissa que determina os limites, isto é, as fronteiras do “pensável” no campo do gênero e da sexualidade binários, tidos como “normais”. Em suas palavras,

Momento: diálogos em educação, E-ISSN 2316-3100, v. 28, n. 3, p. 227-247, set./dez, 2018.

Sendo a lógica binária, há que admitir a existência de um pólo desvalorizado – um grupo designado como minoritário que pode ser *tolerado* como desviante ou diferente. É insuportável, contudo, pensar em múltiplas sexualidades. A idéia de multiplicidade escapa da lógica que rege toda essa questão (LOURO, 2004, p. 66).

Nesse sentido, o sucesso midiático da estranheza de uma mulher risível, que comumente *passa por*<sup>18</sup> Duque (2017) uma travesti, pode nos servir para problematizar parte da argumentação das/os defensores da existência de uma “ideologia de gênero”, ameaçando as crianças e as suas famílias. Esse *passar por* travesti se dá devido ao tamanho dos peitos (tido por muitas pessoas como exagerado), do corpo sempre a mostra pelo uso de peças muitíssimo curtas, a pele negra e tatuada, os lábios e as unhas sempre pintados em cores fortes, as sobrancelhas bem desenhadas, os cabelos longos e encaracolados. Além dessa estética que faz com que as pessoas a identifiquem como travesti<sup>19</sup>, a performance e o discurso de Inês Brasil a constituiu nas mídias como uma pessoa risível.

Pude assistir a dois shows de Inês Brasil em Campo Grande e conferir o quanto os seus fãs riem desta web-celebridade. Um, em janeiro de 2016, ocorreu em uma boate badalada, tida como “menos popular”, voltada para o “público gay jovem<sup>20</sup>”. O outro, em agosto do mesmo ano, se deu através da organização de uma festa itinerante, que, na ocasião do show de Inês, se deu em uma casa de Rock, alugada para o show, em um dia da semana em que a clientela do estabelecimento não tinha o hábito de frequentá-lo. Início o relato destas duas experiências etnográficas a partir da primeira festa com a intenção de refletir o *online* e o *offline* como sendo realidades que se retroalimentam, conforme voltarei a abordar mais adiante.

A entrada da boate estava repleta de jovens, em sua maioria brancas/os e de “sexos” variados. Dentro, uma lotação que dificultava a locomoção. Próximo a um dos bares, havia menos pessoas. Foi dali que pude acompanhar o show de Inês Brasil.

---

<sup>18</sup> O *passar por* aqui é entendido como um regime de visibilidade e conhecimento que mostra o quanto os processos de identificação e diferenciação têm como referência ideias culturalmente binárias do que é uma mulher com sexo biológico e uma travesti, isto é, uma pessoa feminina, como as mulheres, mas com pênis. Essa “falsa” identificação/reconhecimento da Inês Brasil como travesti é um dos sinais do quanto o “ser homem” e o “ser mulher” em nossa sociedade é fluído e contextual.

<sup>19</sup> A referência a uma estética travesti, conforme descrita aqui, é uma percepção identificada no trabalho de campo. Ainda assim, é fundamental destacar que há diferentes modos de ser travesti.

<sup>20</sup> Apesar de ser assim conhecida na cidade, a referida boate também é bastante frequentada por mulheres lésbicas jovens, pessoas bissexuais, também jovens, e por uma parte minoritária de pessoas mais adultas.

Cercada por aproximadamente oito homens responsáveis pela segurança, ela teve dificuldade de chegar e sair do pequeno palco próximo à pista de dança. As músicas que ela cantou variavam de “Águas de Março” (Tom Jobim) ao seu sucesso “Make Love”<sup>21</sup>, seja em uma ou em outra, as/os jovens gritavam, aplaudiam e cantavam junto. Com a típica roupa que expõe o corpo tatuado e os peitos grandes, ela fazia gestos obscenos e, ao mesmo tempo, pedia para que as pessoas economizassem água, oferecendo essa bebida na boca de diferentes pessoas da plateia, afirmando que era “água de Jesus”. Em dado momento do diálogo com o público, reforçou sua trajetória e dificuldades como prostituta brasileira na Holanda, o amor pelas filhas e a gratidão, “graças a Deus”, por tanto sucesso. O show foi interrompido, algumas vezes, por ela, ao pedir calma e tranquilidade às pessoas presentes, devido à gritaria e ao empurra-empurra na frente do palco: todas as pessoas com celulares queriam chegar cada vez mais próximas dela para tocar, filmar ou fotografá-la. Os gritos, em meio aos risos, eram de “linda”, “eu te amo”, “rainha” e “Panterona”.

Para o segundo show, no bar alugado, havia igualmente muitos fãs, homens e mulheres de pele mais escura (“negras/os e pardas/os”) e ainda mais jovens do que na festa na boate anterior. Era uma festa temática, para um público diferente do que o bar normalmente recebe. Isso era visível pela estética rock roll do ambiente não ter qualquer relação com Inês Brasil, que era esperada ansiosamente. Eu não estava à vontade por ser o mais velho do lugar, inclusive mais velho que os seguranças e os demais funcionários. Um amigo me disse certa hora que as/os adolescentes tinham autorização por escrito dos pais, que um modelo para tal documento foi postado nas redes sociais. Após pouco mais de uma hora da manhã, foram liberadas rodadas *free* de Catuaba<sup>22</sup>. Durou uma hora, os beijos na pista e nos cantos escuros do bar se intensificavam. Duas da manhã, ela subiu ao palco. Com um discurso um pouco mais recatado do que no show anterior, mas com performances sexualizadas e risíveis como de costume – dançando se insinuando para o público –, recitava fragmentos de versículos bíblicos e a plateia respondia como se estivesse em um culto pentecostal. Gritos de elogios e luzes das fotos e filmagens com o celular eram sempre contínuos. O funk e algumas músicas no estilo axé compuseram o repertório. O show terminou e

---

<sup>21</sup> Ver link disponível na nota 05 deste artigo.

<sup>22</sup> Catuaba é um arbusto nativo do Brasil. Aqui dá nome a uma bebida alcoólica, conhecida como afrodisíaca.

logo uma imensa fila se formou para que as/os fãs pudessem tirar uma foto com ela. Da mesma forma que o show anterior, para essa oportunidade, era cobrado um valor a mais do que a entrada. Muitas/os aguardavam animados/as por esse momento.

Há muitas coisas boas para pensar nesses breves relatos. Mas chamo especial atenção para o sucesso que Inês Brasil faz em meio à juventude de diferentes classes sociais, o que também é perceptível nas redes sociais, como já referido anteriormente. A sua imagem risível é o que mais me chamou a atenção, seja *online* ou *offline*, para refletir o quanto este artefato cultural pode nos fazer compreender parte importante da fragilidade daqueles discursos sobre o que vem sendo chamado de “ideologia de gênero”.

O riso é uma experiência histórica, isto é, não é o mesmo sempre e está envolto nas relações de poder e de subjetivação que o envolvem desde muito tempo. Isso nos faz pensá-lo também em suas características contemporâneas e seus significados atuais. Por exemplo, segundo Minois (2003, p. 593), neste início de século XXI, devido a sua comercialização, “O riso está em perigo, vítima do seu sucesso”, mesmo isso o tornando tão indispensável às pessoas como o telefone móvel. Baseado em Gilles Lipovetski, o autor caracteriza a sociedade contemporânea como uma “sociedade humorística”, isto é, uma sociedade em que “o riso é receita eleitoral, argumento publicitário, garantia de audiência para os meios de comunicação e até uma incitação à ação caritativa [...]” (MINOIS, 2003, p. 594). É uma sociedade que se banha no culto da descontração divertida. E isso tem tudo a ver com a sociedade de consumo, que é, antes de tudo, eufórica.

Mas é preciso minimizar a caracterização que se faz desta “sociedade humorística” em meio a uma visão “desenvolta do mundo”. Afinal, discordo da percepção pessimista de que o riso tenha estado “moribundo” ou “vazio” em nosso tempo por ter se transformado em “fogo de palha generalizado, numa sociedade de consenso fraco” (MINOIS, 2003 p. 620). Penso que o equívoco desta percepção esteja na noção de que viemos em uma sociedade necessariamente de “consenso fraco”, “rasa”. Porque não teríamos mais aquilo que trazia vigor ao cômico, os contrastes com o sério: seriedade do Estado, da religião, do sagrado, da moral, do trabalho, da ideologia. Penso ser necessário não generalizar o que Gilles Lipovetski chama de “era do vazio”:

Um novo estilo descontraído e inofensivo, sem negação e nem mensagem,  
Momento: diálogos em educação, E-ISSN 2316-3100, v. 28, n. 3, p. 227-247, set./dez, 2018.

apareceu. Ele caracteriza o humor da moda, do texto jornalístico, dos jogos radiofônicos e televisivos, do bar, de numerosos BD. O cômico, longe de ser a festa do povo ou do espírito, tornou-se um imperativo social generalizado, uma atmosfera *cool*, um meio ambiente permanente que o indivíduo suporta até em sua vida cotidiana. (LIPOVETSKI apud MINOIS, 2003, p. 620).

Vejamos o jargão “se me ataca, eu vou ataca” de Inês Brasil em um dos memes analisados nesse estudo. Sua origem está na frase “Seja a pessoa que for, se me ataca, eu vou ataca. Mas não é porque um cavalo nos dá uma patada, que a gente vai corta as quatro pata dele”<sup>23</sup>. Primeiramente, se há necessidade de ataque, é porque vivemos em contextos não tão *coll* ou “desenvolto”, especialmente diante dos corpos e performances tidas como estranhas, semelhantes às dela. Por outro lado, a relativização de que o “coice” não justifica “o corte das quatro patas do cavalo” diminui a agressividade do discurso. A letra da música também já citada no início desta reflexão é outra prova do discurso não agressivo da cantora, mas sem deixar de fazer referência à violência. Diz a letra, inspiradora de inúmeros memes: “Se é pro baile de funk, eu vou contido meu amor. Mas se for pra fazer guerra, não me chama que eu não to”. A música segue afirmando que “não tem terror, não tem caô” (mentira, enganação, fria), que “make, make, make love é muito melhor, demoro”. Novamente, a afirmação valorativa do não terror só faz sentido em contextos onde ele pode ser uma via, ou em que a violência e a mentira têm sido uma forma de vivenciar a realidade. A cena inicial do clipe oficial da música apresenta um homem traído prestes a matar a mulher e o amante, mas é interrompido por ela que, ao iniciar o canto, baixa a arma do rapaz. Já as cenas finais apresentam os três sobre uma cama, inclusive com um beijo na boca dos dois personagens masculinos. O erotismo e o discurso contra a violência marca a maior parte das performances da cantora na Internet e, conseqüentemente, os seus memes.

Por isso, em vez de pensar em uma “era do vazio”, prefiro seguir uma análise menos generalizadora e reconhecer a ambivalência do riso na contemporaneidade, o que, de certa forma, todos os intelectuais do século XX fizeram (MINOIS, 2003). Esta ambigüidade está dada pelo contexto cultural onde este, como qualquer outro artefato cultural é produzido. Para compreendermos uma piada e rirmos com ela, segundo Possenti (1998), é preciso conhecermos os traços da cultura, assim como para entendermos histórias infantis, mitos locais, receitas culinárias, aspectos da legislação e

---

<sup>23</sup> Frase disponível em um vídeo do Youtube com mais de 230 mil visualizações, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sPVRytXk0YI>. Acesso em: 03 set. 2018.

as regras políticas. Este autor nos oferece uma pista importante para pensarmos os efeitos ambivalentes do artefato cultural aqui em discussão. Ele afirma que “o que faz que uma piada seja uma piada não é o seu tema, sua conclusão sobre o tema, mas uma certa maneira de apresentar tal tema ou uma tese sobre tal tema” (POSSENTI, 1998 p.46). E, o mais importante para esta reflexão: se necessita de um tema proibido ou controlado por regras sociais de bom comportamento (evitar preconceito, reprimir desejos sexuais ou de eliminação do diferente, etc.).

Nesse sentido, a frequente erotização do discurso e das imagens envolvendo Inês Brasil está diretamente associada a outros discursos presentes em nossa experiência cultural, como a própria violência, já citada aqui. Entre a violência e o erotismo, como já apontado, a referência religiosa é outra marca forte deste artefato cultural. Por exemplo, um dos discursos em que ela mais se refere a sua religiosidade foi o que envolve um polêmico episódio, em que ela tira uma foto e grava um vídeo com o deputado Jair Bolsonaro afirmando que “ele não tem nada contra os gays”, que demonstrou ser “uma pessoa maravilhosa”, e ainda reforça que “Errar é humano, permanecer no erro fica difícil. Quem deve julgar é Deus. [...] ninguém deve fazer justiça com as próprias mãos”<sup>24</sup>. A expressão “Graças a Deus” é repetida várias vezes, tanto no vídeo que causou a polêmica, como no que ela fez na tentativa de se explicar<sup>25</sup>, devido às duras críticas recebidas das/os fãs, afinal, tal deputado é uma das lideranças políticas contrárias a parte da pauta dos Direitos Humanos que envolve reivindicações do Movimento LGBT (Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti e Transexual), Feminista e de Negras e Negros no Brasil. Essa expressão, somada a frase “Vai orar”, em meio a versículos bíblicos, é um jargão também repetido intensamente em seus memes.

Portanto, violência, erotismo e discurso religioso, juntos, formam a temática “proibida” e “controlada” por nossas regras sociais, dando potência à forma como ela apresenta tal tema, a “tese” defendida por Inês com seu corpo estranho. No entanto, isso não basta. Afinal, segundo Minois (2003, p. 610) “O riso está em toda parte, mas não é, em todo lugar, o mesmo riso”. Para pensar o artefato cultural Inês Brasil, neste momento histórico, é preciso levar em consideração que o seu sucesso é fazer as

---

<sup>24</sup> Maiores informações em matéria jornalística disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2017/08/ines-brasil-aparece-em-foto-com-bolsonaro-eu-poderia-ter-dito-nao.html>. Acessado em 03 set. 2018

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pb2Xh91EZ6I>. Acessado em 03 set. 2018.

pessoas rirem. E, em certo aspecto, é preciso ter a clareza de que “o cômico que vende bem é aquele que o público exige” (MINOIS 2003 p. 622). Nesse sentido, o público não está de todo disposto a romper normas e convenções caras aos seus próprios processos de reconhecimento e identificação valorados socialmente. Por exemplo, comumente, a mesma mulher de corpo estranho e risível é a que, repetidamente, em memes e em diferentes aparições na mídia (internet ou TV), é aplaudida por defender a maternidade responsável, a ponto de justificar a prática, durante anos, da prostituição fora do Brasil para sustentar suas filhas. Isso é associado ao orgulho sempre grandioso de se ter casado com um homem branco, rico, europeu e heterossexual, valorizando, portanto, certa ideia de amor romântico.

Isso é o que proponho ser compreendido, isto é, a produção e o sucesso do corpo estranho e risível de Inês Brasil para ampliar as possibilidades de maior intervenção diante dos discursos que insistem em “denunciar”, via características de um pânico moral, que o que se quer ensinar na escola é que as pessoas podem escolher para si, autonomamente, qualquer coisa como sua natureza.

Como já ficou claro, não se trata disso, nem mesmo quando se leva em consideração o ambiente *online*. Afinal, reconheço a tecnologia da internet como um gênero cultural, e, como tal, não nos permite criar algo radicalmente novo, mas, antes, realizar um desejo já presente anteriormente, que, porém, não tinha como ser realizado, visto que faltavam os meios. Isso não significa que ela também não possa criar algo absolutamente novo, impensável, sem a ausência dessa nova tecnologia. Nesse sentido, com ela, há a possibilidade de explorar novas coisas, experimentar novas liberdades, “mas isso também induz ansiedades quanto ao controle sobre como essas liberdades e capacidades serão empregadas” (MILLER, 2013, p. 173).

## **DA IMPORTÂNCIA DE RIR COM INÊS BRASIL – A TÍTULO DE CONCLUSÃO**

Como procurei discutir até aqui, precisamos compreender o papel da sociedade via às novas percepções não essencialistas e/ou não metafísicas da análise sobre “sexo” e gênero, isto é, de maneira diferente do que foi apresentado anteriormente no discurso de religiosos, políticos ou das pessoas envolvidas no movimento “Escola sem Partido”.

Butler (2001, p. 153) por exemplo, compreende “sexo” como “parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa”. Em outras palavras, não devemos tomar “sexo” como aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: “ele é uma das normas pelas quais o ‘alguém’ simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural” (BUTLER, p. 154-155). Sendo assim, pensar o corpo aqui exige ir além da compreensão de um sujeito autônomo e voluntarista no que se refere às suas experiências de gênero e sexualidade, tampouco tomá-lo a partir de uma ideia de determinismo cultural, pelo qual não se vê saída (ou se reconhecem muito poucas) diante das normas e convenções. Esta análise também se distancia de noções como a ontológica separação entre corpo e mente, afinal, assim estaria impossibilitada de questionar as relações entre ciência, corpo e sociedade. Portanto, o esforço é no sentido tomado por algumas feministas, filósofos/as e cientistas sociais: conceber o corpo sujeito de dinâmicas sociais, como lócus de articulação de relações e legitimador de princípios sobre a sociedade (MONTEIRO, 2012).

Os memes, como artefato cultural, devem ser entendidos no contexto da sua criação. Estas fotos-legendas nos ajudam a elencar os temas de sucesso desta linguagem da internet, que vão desde a oração até a putaria. Isso corrobora a compreensão deste artefato cultural enquanto linguagem, e, por isso, também uma forma de pensamento, “uma forma de entendimento do mundo, seja ‘dentro’ ou ‘fora’ da internet, portanto não se restringe ao ambiente *online*” (HORTA, 2015, p. 171). Dito de outro modo, “não faria sentido tratar a cultura da internet como um “ambiente virtual” que está desconectado do “mundo real”, que é uma outra realidade” (HORTA, 2015, p. 171).

A erotização e o crescente discurso fundamentalista cristão, seja católico ou não, compõe parte importante da cena da produção dos discursos/da linguagem em torno dos seus memes porque faz parte da realidade como um todo. A escola não fica fora desses campos de tensões e poderes, como já apresentamos neste texto, tampouco o pânico moral está desconectado dessa realidade. Neste ponto, em especial, tanto o artefato cultural, como a própria proposta de uma luta contra a “perigosa” “ideologia de gênero” estão marcados por esse contexto sócio-histórico.

Além do contexto que o torna possível, Inês Brasil, como um artefato cultural, nos indica que, por um lado, configura como certa resposta estratégica às demandas de

uma “sociedade humorística”, por outro, não deixa de ser uma espécie de denúncia de como o gênero e a sexualidade se apresentam na realidade *offline*, diferente da forma como os críticos da “ideologia de gênero” afirmam. Afinal, ela demonstra algo que a escola, apesar das resistências, precisa enfrentar: os processos de produção das diferenças para além de uma agência autodefinidora dos sujeitos.

Isso implica, entre outras coisas, não apenas valorizar as diferenças de gênero e sexualidade, mas entendê-las em suas formas de produção, reprodução e transformação. Para isso, como ensina Brah (2006), a diferença não pode ser vista sempre como um marcador de hierarquia e opressão, isto é, necessariamente depreciativo. Ainda que seja via o ser risível, ela pode se fortalecer como uma vivência altamente reconhecida e valorizada. Assim, a nós professoras/es, “é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política” (BRAH, 2006 p. 374).

Em oposição ao que defende aquelas/es que acreditam que existe uma ameaça rondando a infância e colocando em risco a família, a experiência de sucesso midiático deste artefato cultural é um sinal do quanto não estamos fora das relações de poder que acarretam no que iremos ser, ou parecer ser. Dito de outro modo, ela, como ninguém de nós, escolheu voluntariamente ser a mulher que está sendo, nem mesmo tem controle dos efeitos do seu sucesso; ainda que ela esteja distante dos ideais mais conservadores, é inteligível a ponto de reproduzir parte das expectativas das normas e convenções sociais, como as do amor romântico. E, o mais surpreendente, ela não faz isso sozinha. São exatamente aquelas pessoas que, de alguma forma, identificam-se com esse artefato cultural, porque sabem bem como são afetadas pela erotização ou pelo fundamentalismo cristão, que compram as entradas para suas festas e/ou criam e compartilham os seus memes. Ainda assim, ou exatamente por isso, como são historicamente contextualizadas, há espaços para agenciamentos.

O agenciamento aqui é entendido a partir das “possibilidades no que se refere à capacidade de agir, mediada cultural e socialmente” Piscitelli (2008, p. 267), jamais de forma autossuficiente, autônoma. Antes, essa agência do eu é possível sob as lógicas de inteligibilidade social e das posições de poder que os sujeitos ocupam em uma sociedade ainda limitada no reconhecimento dos mais diferentes. Aí está a importância

de rir com Inês Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGEBAILÉ, Eveline. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. *In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.* Rio de Janeiro: UERJ, p. 63-74. 2017. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4255834/mod\\_resource/content/1/1.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4255834/mod_resource/content/1/1.pdf). Acesso em: 11 dez. 2017.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *In: Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>. Acesso: 11 dez. 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da realidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. *In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade.* Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 152-172.

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers.** London: MacGibbon & Kee, 1972.

DESLANDES, Keila. **Formação de professores e Direitos Humanos: construindo escolas promotoras da igualdade.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

DUQUE, Tiago. **Gêneros Incríveis: um estudo Sócio-anropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher.** Campo Grande: Ed. UFMS, 2017.

FERNANDES, Maria Dilnéia E. O percurso político-legislativo do programa “Escola sem Partido” em Campo Grande, MS. *In: ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v.19 n. esp, p. 217-235, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8647432/15192>. Acesso: 04 fev. 2018.

FISCHER, Rosa Maria B. Mídia, máquinas de imagens e práticas pedagógicas. *In: Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 35, p. 290-299, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a09v1235>. Acesso em 12 jan. 2018.

HORTA, Natália Botelho. O meme como linguagem da internet: uma perspectiva semiótica. **Dissertação** (Mestrado em Comunicação), Universidade de Brasília, 2015.

JUNQUERIA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? *In: RIBEIRO, Paula Regina C., MAGALHÃES, Joanalira* Corpes.

Momento: diálogos em educação, E-ISSN 2316-3100, v. 28, n. 3, p. 227-247, set./dez, 2018.

**Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade.** Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. p. 25-52. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/livro\\_debates\\_contemporaneos\\_educacao\\_sexualidade.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/livro_debates_contemporaneos_educacao_sexualidade.pdf). Acesso em: 23 dez. 2017.

LANCASTER, Roger N. **Sex Panic and the Punitive State.** Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2011.

LOURO. Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MILLER, Daniel. **Trecos, Troços e Coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MINOIS, Georges. **História do Riso e do Escárnio.** São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

MISKOLCI, Richard. CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de Gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *In: Revista Sociedade e Estado*, v. 35. N. 03, 2017. p. 725-747. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v32n3/0102-6992-se-32-03-725.pdf>. Acesso: 05 fev. 2018.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *In: Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, p. 101-128, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/06.pdf>. Acesso: 02 fev. 2018.

MONTEIRO, Marko Synésio A. **Os dilemas do humano: reinventando o corpo em uma era (bio)tecnológica.** São Paulo: Annablume, 2012.

PISCITELLI, Adriana. Internseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *In: Sociedade e Cultura*. Goiânia, vol.11, n. 2, p. 263-274, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/5247/4295>. Acesso: 22 jan. 2018.

POSSENTI, Sírio. **Os humores da língua: análise linguística de piadas.** Campinas: Mercado das Letras, 1998.

SILVA, Benícia Oliveria da; RIBEIRO, Paula Regina C. Sexualidade na sala de aula: tecendo aprendizagens a partir de um artefato pedagógico. *In: Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(2): 336, p. 521-533, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200014/19401>. Acesso: 14 jan. 2018.